

**AGENTE DO TEMPO:
A sistematização do passado no Jornal do Brasil nos anos 1960**

Alice Melo¹

Resumo

Após protagonizar importantes reformas gráficas e de conteúdo, o Jornal do Brasil dos anos 1960 entra em uma fase de consolidação da linguagem jornalística. A divisão do jornal em editorias organizou o conteúdo e indicava uma nova maneira de fazer notícia. Nasce neste contexto o Departamento de Pesquisa, inicialmente uma pequena biblioteca e, logo, uma editoria independente, com objetivo de produzir textos com informação de arquivo; além de organizar, catalogar e arquivar, por tema, as notícias publicadas em diversos periódicos do mundo. Com base no presente, o jornal agencia de forma sistemática o passado, com vistas para o futuro, se firmando na sociedade brasileira como importante veículo de informação. A proposta deste artigo é indicar que, apesar da valorização crescente do presente como chave do jornalismo contemporâneo, ele é atravessado fortemente pela experiência de passado e a perspectiva de futuro.

Palavras-chave: Imprensa. Memória. Representação do passado. Arquivo. Jornalismo.

O que mais me incomoda é uma historiografia que não se mostra muito preocupada com o mundo ao qual pertence”
(Cardoso, 2013).²

Dois anos de pesquisa para, enfim, chegar a um esboço em linhas trêmulas do que é, na verdade, o objeto da minha dissertação. Iniciei o trabalho pelos vestígios documentais, caminhando pela papelada institucional e pelos textos publicados pelo Jornal do Brasil durante o período recortado: 1962 a 1974. Escutei depoimentos de pessoas que, diante de mim, elaboravam sua narrativa partindo do que acreditavam ser a história de uma instituição. Neste processo permeado de lembrança, esquecimento, silêncio e poder, os entrevistados

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da UFRJ.meloalice1@gmail.com.

² Entrevista:Ciro Flamarion Cardoso. In: Revista de História da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: setembro de 2012.

construíam identidades, diante de si, diante do outro. Entre os relatos, percebi que meu objeto não era apenas o Departamento de Pesquisa e Documentação (DPD) ou mesmo a empresa, o JB. Tópicos que, antes, acreditava ser o cerne da discussão.

O objeto da pesquisa (*Na ordem do tempo: a sistematização do passado no Jornal do Brasil*) - é a experiência do tempo, com especial interesse na elaboração (e ressignificação) do passado. Partindo do estudo do funcionamento de um departamento cujo principal objetivo era dar assistência e, como veremos, “profundidade” à notícia, buscaremos entender os usos que o jornalismo – em diálogo com sua época - faz do tempo pretérito. Neste caso, desenvolvemos a ideia de que, nos anos 1960, há uma sistematização do passado no Jornal do Brasil. Na esteira das demais transformações advindas das reformas gráficas e de conteúdo colocadas em prática na imprensa carioca nos anos anteriores, é criada, em 1964, uma editoria que trabalha exclusivamente com o passado, a qual possui peso similar às demais.

Funciona a todo vapor, chegou a contar, no início dos anos 1970, com 40 funcionários dedicados exclusivamente a ela. Produz texto, arquiva informações, cataloga fotografias. Funciona como uma espécie de agente, cujo componente transportado é o tempo: transporta passado e futuro enraizados no presente. Tudo com influência em um meio social, já que entendemos o jornal – principalmente o Jornal do Brasil – como espaço privilegiado na construção de uma memória coletiva.

Em poucos anos, outros jornais brasileiros valorizariam seus próprios arquivos. Evidência de que o caso a que jogamos luz está inserido em uma lógica maior. É produto e também expressão de seu próprio tempo. Em seu recente livro *Regimes de historicidade*, François Hartog (2013) diagnostica como ‘presentismo’ a ordem do tempo contemporâneo, instaurada após a crise da ordem da modernidade, na qual o progresso ditava a forma de ver, sentir e analisar o mundo. O “presentismo”, segundo o autor, é o tempo do consumo, época em que o próprio tempo se torna inclusive objeto de consumo. Hoje, há, neste sentido, um alargamento do presente, de modo que a produção de tempo histórico pareça estar suspensa. Hartog aponta que, neste momento, o presente é o objetivo e é nele em que são produzidos diariamente passado e futuro: na medida em que o presente acontece, logo quer se fazer histórico, parte do passado. Ou mesmo capaz de ser um prenúncio. Uma prévia consciência do futuro que nos espera.

Ao longo do século XX, os meios de comunicação de massa emergiram como ator fundamental na articulação de experiências de tempo já que funcionam como produtores de acontecimentos. Cada vez mais, o imediatismo das transmissões ao vivo preza a rapidez e não necessariamente a qualidade. As múltiplas vozes que atuam na internet protagonizando acontecimentos que, vira e mexe, são considerados históricos, evidenciam o desejo de presenciar o que se tornará passado. Mesmo que por trás de câmeras de celular e mediados por aparelhos eletrônicos. A sociedade ocidental se encontra dentro de uma nova forma de experimentar o tempo. Não aconteceu de uma hora para outra, já que acreditamos na história enquanto processo e não como linha evolutiva na qual se enxergam apenas seus pontos superficiais. Estaríamos inseridos, portanto, no atual regime de historicidade ao qual Hartog tenta mensurar em sua obra. O autor enxerga os anos 1980 como caldeirão em que se rompeu definitivamente com a ordem de tempo antiga – a moderna – e se começou a entrar num hiato do qual resultaria o regime atual.

Em diálogo com a época, o jornalismo se transformou, acompanhando as mudanças na construção do conhecimento científico - as quais impulsionavam o nascimento de novas visões de mundo principalmente nas Ciências Humanas e Sociais. As reformas implementadas pela imprensa brasileira – sobretudo carioca – a partir de meados do século teriam colocado em prática a experiência de tempo dos sujeitos que faziam o jornalismo diariamente.

A ruptura causada pelo aprofundamento da percepção da aceleração do tempo (Nora, 1992) se origina no colapso da ditadura do progresso. Quando o futuro para de ser um destino para o qual a humanidade caminha e organiza a vida presente, o presente se alarga e o passado é buscado como forma de dar sentido, à título de identidade, ao presente. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, as experiências de tempo começaram a entrar em cheque no Ocidente. O fim do momento de transição teve como marco a queda do Muro de Berlim, em 1989, já pode ser sentida ao longo da segunda metade do “breve século XX”, como diria o historiador inglês Eric Hobsbawm (2010).

Nos anos 1960, estavam em ebulição os anseios de uma época cuja produção intelectual sobre seu tempo anteciperia o fim dele. Na década da fragmentação e especialização do conhecimento científico, a sociedade começava a duvidar que a sede de progresso pudesse trazer segurança ao presente. Em 1968, os movimentos sociais, nas ruas,

clamavam pela voz das minorias, igualdade de direitos, fim da repressão política, no caso da América Latina. A conjuntura de transformação afetou a linguagem dos meios de comunicação de massa, impulsionada em larga escala pelas novas tecnologias de informação.

Colocando a imprensa brasileira sob os holofotes da pesquisa, percebe-se que, no período, ela inicia seu processo de consolidação, num contínuo iniciado na década anterior, momento em que esteve em “transição”³. Palco de importantes reformas no jornalismo impresso brasileiro, o Jornal do Brasil protagoniza seus últimos atos destas transformações no momento em que divide o periódico em editorias, em 1962. Separado por assuntos, o jornal tornava-se mais claro. O tema foi estudado dezenas de vezes nos anos posteriores. Mas, um detalhe pouco explorado, no entanto, passa quase despercebido pelas revisões e interpretações deste período da historiografia da imprensa carioca e brasileira. E é justamente esse ponto que nos chama atenção.

Pouco depois de criadas no JB editorias, o então editor-chefe do periódico organiza a de Pesquisa. Um braço da redação que, a partir de 1964, passa a produzir conteúdo inédito para contextualizar a notícia no presente, conforme indicamos. Atribuir significado a ele. A intenção, de acordo com seu fundador, o jornalista Alberto Dines, era de se fazer um jornalismo interpretativo, um estilo que, segundo o que conta posteriormente⁴, seria a única forma de competir com o telejornalismo em ascensão.

Deixando de lado as forças que atuam sobre o sujeito no ato de narração do passado – problemática em pauta na dissertação, mas que não convém ser levantada aqui -, levemos em conta essa possibilidade de se querer criar um estilo de jornalismo impresso interpretativo, porém sistemático. Com opinião, mas de forma organizada, setorizada, dividida por conteúdo. E o conteúdo trabalho pelo DPD era o passado. Passado recuperado a partir de motivações do presente, vislumbrando um futuro possível.

O passado, como diz o historiador norte-americano David Lowenthal (2010), está em todo lugar. Inclusive – e principalmente - no contemporâneo, era marcada pela explosão da informação instantânea. Para visitá-lo, há de se travar uma viagem. Tratando-o como país estrangeiro, o autor indica que é possível tentar traçar um caminho por meio de vestígios deixados por homens de outrora, mas nesta volta, seria impossível reconstruir o acontecimento tal como realmente foi.

³ (ABREU, A. LATMAN-WELTMAN, F. FERREIRA, M. RAMOS, P., 1996)

⁴ Em entrevista à autora, em 23 de abril de 2011.

Apesar de sistematizado pelo JB, o passado permaneceu presente nas demais editorias, como elemento chave de qualquer narrativa, assim como força que atua sobre o cotidiano do jornalista. Em *História da comunicação no Brasil*, Marialva Barbosa (2013) indica que toda “ação humana no presente” pressupõe uma inter-relação entre as múltiplas temporalidades. O jornalismo usa o passado como forma de consolidar sua identidade no presente. Porque o presente só ganha sentido na medida em que é acrescido de significados. A autora reforça a ideia de que o passado é presente sempre que a memória é aguçada e seria por meio dela que se construiriam os sentidos e identidades das coisas.

É importante lembrar que os usos do passado no jornalismo sempre existiram. O que parece mudar em sincronia com a *ordem do tempo* é a maneira como este agenciamento é feito. Barbosa (2013) indica ainda que os meios de comunicação no século XX reconfiguraram duas tipologias de temporalidade. A do presente “transformado em instante e nomeado tempo real” e a do “passado como acontecimento presente”, durante a celebração de efemérides. Entendendo a comunicação como um processo que ocorre em diálogo com seu tempo, percebemos que os meios que se utilizam da narrativa para transmitir mensagens ao público de massa também exprimem, de maneiras diversas, a experiência do contemporâneo ao existir.

No caso do DPD, parece ser interessante notar a manifestação de desejo do passado de forma sistemática. O passado canalizado por meio da Pesquisa parece indicar a própria experiência de tempo compartilhada por aqueles profissionais e também pela sociedade na qual estavam inseridos. A intenção de quem participa do processo parece ser trazer à tona as raízes do acontecimento para se tornar fonte histórica no futuro, mas o realiza por meio de diversos filtros, mesmo que não o repare. Os filtros aos quais nos referimos são múltiplos: permeiam a seleção do evento passado que será narrado em várias superfícies. Os filtros oscilam entre a interpretação do repórter ao acontecimento presente, à linha editorial do jornal; ou critérios pessoais de busca e pesquisa e a maneira como este passado se apresenta no arquivo. Ou seja, a forma como foi guardado e catalogado.

Para compreender estes usos parece ser essencial entender o funcionamento do próprio arquivo. Inicialmente uma pequena biblioteca, foi em 1964 que a Pesquisa se tornou editoria e começou a produzir seus próprios textos. Primeiro, a inserção do conteúdo no jornal

era por meio de box explicativos⁵, que contextualizavam as notícias. Por exemplo: quando houve a preparação da grande cobertura da chegada do homem à Lua (1969) a pesquisa tratou de trazer ao leitor o diâmetro da Lua, a distância de que está da terra, um histórico sobre outras viagens ao espaço feitas pelo homem. Sem contar no material de apoio cedido aos repórteres que cobriam localmente a recepção do acontecimento midiático na cidade do Rio de Janeiro.

Poucos anos após sua fundação, a Pesquisa cresceu e ganhou seus próprios produtos. Além da parte de texto, havia no DPD o arquivo propriamente dito, dividido em Biblioteca, Acervo fotográfico, Recortes e Índice. Portanto, o material ao qual o repórter tinha acesso no período recortado (seja ele da pesquisa ou de outras editorias), era disposto de maneira que variavam conforme a direção dada pelo departamento. Dessa forma, por mais voraz que fosse o pesquisador, ele se depararia com um universo limitado de possibilidades. Sua informação seria extraída de recortes de notícias antigas de diversos jornais, fotografias, textos e colagens. Sem contar os livros de referência e as próprias lembranças do sujeito, adquiridas ao longo da vida. Muitas delas, percebidas a partir de acontecimentos narrados pela própria imprensa de outrora.

A organização e o sistema de funcionamento do arquivo também são caros à dissertação por conta disso. Porque não há como entender seus usos e a maneira como a informação é trabalhada no jornalismo diário sem compreender de que maneira ela pode ser acessada. O que o arquivo deixa lembrar e o que descarta? Quais critérios norteiam esse agenciamento?

Para compreender o trabalho que torna vivo um arquivo que era chamado de “morto”, trabalhamos com a ideia de que consciência da passagem do tempo adquirida na modernidade teria reforçado o reconhecimento de que é impossível lembrar naturalmente de tudo. Neste contexto, se valorizam os agentes da lembrança, ou talvez “lugares de memória”, como sugeriu Pierre Nora (1993). É neste contexto em que se criam espaços destinados à lembrança e a recuperar uma versão oficial daquilo que já passou, mas que precisa ser trazido

⁵ Retângulos emoldurados por fios que tinham como cabeçalho a assinatura: Departamento de Pesquisa do JB. Dentro, artigos que explicavam os acontecimentos das notícias coordenadas, tendo como base o passado. Estes box, variavam de tamanho: podiam ocupar tanto um terço de coluna vertical, quanto meia página do jornal. O tamanho variava com o assunto, enfoque dado, espaço concedido pelo editor-chefe.

à tona em um impulso de dar sentido e segurança ao indivíduo moderno. Nossa memória é, como observa Hartog, “apaixonadamente arquivística”.

Arquivos, bibliotecas, monumentos, museus, efemérides ganham espaço privilegiado neste contexto. E é o que vemos a partir dos anos 1970: uma explosão destas instituições. De repente, lembrar virou um dever, como observa Beatriz Sarlo (2012), e a possibilidade de acesso ao passado tornou trivial para a nova significação do presente. Os indivíduos fariam dos lugares de memória uma extensão de si mesmos, dando a eles o direito de agenciar o passado para o presente e o presente para o futuro. A memória, conforme pontuaria Hartog, seria “inteiramente psicologizada, tornou-se assunto privado, que produz uma nova economia da identidade do eu” (2013, p. 162).

Nesta dinâmica, os meios de comunicação - especialmente a mídia jornalística - ganham destaque. A mídia, como instituição de memória, registra o que lhe convém dos acontecimentos do presente; guarda este material em arquivos e logo faz com que ele seja fonte histórica para o futuro (RIBEIRO, 2010). E, no futuro, utilizar seu próprio material de arquivo para recapitular o que ocorreu no passado é – cada vez mais – um mecanismo de afirmar sua autoridade na sociedade. Deter o passado é deter a verdade, é ter poder.

Para entender melhor esta relação, a teoria tecida por Maurice Halbwachs em *A memória coletiva* (2010) é interessante. A base fundamental do pensamento do sociólogo consiste no argumento de que toda memória, mesmo a mais individual delas, é um fenômeno coletivo. Construída a partir de referências do presente, de estímulos externos, mesmo durante o sonho, a lembrança é móvel e fluida e é percebida, tanto no instante do acontecimento, quanto no ato de reconstruí-lo posteriormente. Baseado na ideia de que o indivíduo é um ser social, ele indica que a percepção do mundo pelo sujeito é interposta por correntes de pensamento construídas coletivamente. O sujeito está inserido em um grupo e é nesta coletividade que ergue filtros por meio dos quais ele enxerga e percebe o mundo. Quando ativadas, estas correntes levam por associações de ideias o sujeito a acontecimentos passados que podem ter sido vividos por ele diretamente ou, como prefere chamar Pollak (1992), “por tabela”. A memória é um fenômeno construído socialmente, constituído de disputas entre lembrança, esquecimento; silenciamentos e poderes. E “o que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização” (1992: p.5).

Para além do período estudado, é possível perceber o desejo de passado que atravessa o jornalismo e outros tipos de ações humanas no presente, em outros contextos sociais e temporais. A corrida pelas digitalizações na atualidade, os projetos de memória de organizações espalhados pelo mundo e o próprio consumo da memória e do passado indicam que este desejo está em múltiplos espaços.

No ato de lembrar, o sujeito seleciona, esquece, atribui significados a uma representação de passado que se tem na cabeça, de acordo com o contexto em que está inserido. Paralelamente, constrói, à medida que tece a narrativa sobre o evento que passou uma identidade no presente. Nesse sentido, além de levar em consideração a memória construída pela instituição e considerando como inviável compreender uma editoria dentro de um jornal sem entender as pessoas (e seu trabalho) que a constituíram, utilizamos, na dissertação, a memória dos vivos. Funcionários que fizeram parte do Jornal do Brasil no período recortado e que, no presente, se constroem enquanto sujeitos dessa história e, também, de sua própria história enquanto funcionários do periódico.

Levamos em conta que a memória é fluida e inconstante, feita no presente, a partir de diferentes estímulos, capaz também de se fixar em pontos de referência os quais sustentam a identidade unificada de um sujeito (POLLAK, 1992). Perceber a maneira como o entrevistado constrói a si mesmo ao evocar determinadas lembranças do passado, driblando ou não as memórias encobridoras que induzem ao esquecimento de reserva; e também levando em conta a interferência de quem ouve, ou conduz a entrevista nesse processo, parece um caminho mais interessante. Mais do que fonte de uma pesquisa, o protagonista da conversa é sujeito de sua própria história. E, por mais que se tente extrair uma narrativa linear e a partir do que é dito por ele, talvez seja mais coerente que esta história seja a de quem conta, naquele momento, a experiência de uma vida, a versão de um fato ou a impressão que tem de si mesmo – diante do eu e diante do outro.

Dessa forma, a pesquisa fica mais rica. Além de se tentar extrair informações pontuais das fontes (sejam elas da ordem oral ou escrita), conseguimos perceber outros elementos que permeiam as relações humanas. Não percebi isso a princípio, foi necessário um grande esforço, que pode ser resumido.

Durante as entrevistas, percebi que o laço de alguns ex-funcionários com o JB, mais do que um laço profissional, era um laço de afeto. E, por causa disso, como geralmente

acontece em relacionamentos amorosos, o rompimento causa demasiado sofrimento. Ainda mais quando o rompimento envolve uma empresa considerada durante muito tempo o ideal de trabalho de jovens jornalistas, diagramadores, copydesks e até arquivistas. Compreendemos que o afeto, a dor e outros tipos de sentimentos não podem ser desprezados quando se tenta pintar um retrato de uma instituição, ainda que ela tenha deixado vasto legado que pode ser interpretado como objetivo. Pelo contrário, a subjetividade enriquece e acrescenta tons vivos à pintura que sempre será (como toda a pintura ou como toda evocação do passado) uma representação de algo que já não é mais.

Sobre esta questão, voltamos a utilizar o pensamento do historiador David Lowenthal (2010), que definiu de forma precisa a forma como acessamos o passado. Para o autor, o passado nunca está morto e precisa ser sentido e pensado como parte do presente. Mas, ao mesmo tempo, como algo diferente dele. O passado não existe empiricamente só pode ser alcançado por meio de lembranças e vestígios deixados por outras pessoas que agiram na época a que se busca visitar. Ao tentar traçar um paralelo entre memória e história, Lowenthal indica que a história seria uma reconstrução do passado com base em relatos empíricos de outrem, uma síntese de um acontecimento. No nosso caso, temos acesso a esta memória de quem está vivo por meio de entrevistas, realizadas com ex-funcionários do DPD e também da redação.

Entre o discurso institucional sobre si mesmo encontrado em memorandos e relatórios arquivados em pastas referentes à própria história do departamento, e os relatos orais de quem viveu o período, falta uma correlação. Por isso, analisamos também os produtos deste departamento, ou seja, o produto final da intenção de se produzir passado no jornal, entre 1962 e 1974. Tanto para o grande público – como era feito esse agenciamento do passado para explicar o presente para a população? Quanto para o público interno: qual a imagem que o DPD queria passar da instituição para a comunidade jornalística? E, também, de que maneira passado, presente e futuro eram percebidos por ele a partir do que escreviam e publicavam?

Durante a pesquisa, tive acesso ao arquivo do hoje CPDoc JB e consegui recuperar alguns documentos internos da empresa (nunca antes pesquisados), assim como cópias de subprodutos publicados pelo jornal do Brasil no período. Lançando um olhar sobre eles, conseguimos perceber de uma forma bem detalhada como o passado se construía nas

páginas do periódico, além de como a empresa acreditava estar se inserindo como fonte de “história” e agente de memória na sociedade brasileira naquele período.

Consideramos que a consciência da ação conjunta das três temporalidades a que fazemos referência estava presente no período. Não apenas interpretando o discurso das entrevistas concedidas no presente – nas quais, em geral, os entrevistados tentam atribuir a si mesmos um lugar privilegiado no passado, na medida em que enxergam o que passou já sabendo o que ocorreu depois. Mas, sobretudo, nos fazendo valer de relatos escritos à época sobre o que aqueles sujeitos acreditavam estar fazendo, ou mesmo acreditavam que estivesse ocorrendo em seu tempo.

Percebemos que o jornalismo naquele período e dentro daquela redação parecia ter consciência, em alguma medida, das forças temporais que atuavam sobre a construção da notícia. De algum modo, há um esforço pela naturalização do convívio entre distintas temporalidades nas páginas do jornal, esforço que pode manifestar a tentativa de se produzir um laço de confiança com o leitor, baseado no passado, mas que sugere que o presente pode ser, naquelas páginas, melhor compreendido.

Ribeiro (1995) reforça que a imprensa assume um lugar de “historiografia do cotidiano” nas sociedades contemporâneas. E afirma que “Apresenta-se não só como referenciadora do mundo e das suas transformações, mas também como sua explicadora” (1995: 140). De acordo com a autora, o jornal seria uma instância do sentido, cujas funções seriam “captar, descrever, analisar e, por fim, registrar”. Ao construir esta consciência de tempo, a imprensa seria capaz de deixar para o futuro, um modo de lembrar o passado quando for consultada por pesquisadores, fazendo com que seja um lugar de memória privilegiado na sociedade.

Os usos do passado feitos pelo jornalismo, portanto, manifestam uma experiência de tempo em diálogo com a sociedade. Reforçam que, por mais que se tente pautar a prática como ação do presente, necessariamente é preciso levar em conta o peso que o passado e a perspectiva de futuro têm sobre ele. Nos anos 1960 e início da década de 1970, o fortalecimento da televisão como veículo de comunicação que se fundava no jornalismo, nas transmissões ao vivo, a percepção de tempo é impulsionada cada vez mais rápido pelo sentimento de presente.

Na sociedade da tecnologia, na qual um instante é capaz de tornar o novo obsoleto, o passado se alarga como força essencial, capaz de conferir sentido, segurança, solidez ao presente. “Relembrar o passado é fundamental para o nosso sentido de identidade”, afirmou Lowenthal (2010: p.83). Porque, para ele, “saber o que fomos confirma o que somos”.

Talvez, a partir da análise do DPD JB possamos entender o desejo de passado que se fazia presente naquela ordem do tempo, em acordo com o espaço social no qual estava inserido. E, dessa forma, compreender um pouco da relação do jornalismo e do indivíduo com o passado, hoje. Porque entender o próprio tempo é tarefa fundamental do pesquisador.

Referências

ABREU, Alzira Alves; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; FERREIRA, Marieta Moraes; RAMOS, Plínio de Abreu. **A Imprensa em Transição**. Rio de Janeiro: FGV, 1993.

BARBOSA, Marialva. **Historia da comunicação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2013.

FERREIRA, Marieta. MONTALVÃO, Sérgio. *Jornal do Brasil*. In: ABREU, Alzira Alves de et. al. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2012.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HARTOG, F. **Regimes de historicidade – presentismo e experiências de tempo**. Rio de Janeiro: Autêntica, 2013.

HOBBSAWM, E. **O breve século XX**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2011.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, Universidade Cândido Mendes, Museu de Arte Moderna Rj, 2000.

LE GOFF, Jaques. **História e Memória**. Lisboa: Edições 70, 1982.

LOWENTHAL, David. **El pasado es un país extraño**. Madrid: Acai, 2010.

MELO, Alice Carvalho. **Recortes do passado: uma reconstrução da história do Departamento de Pesquisa do JB (1964-1973)**. Rio de Janeiro, 2011. Monografia (Graduação em Comunicação Social/Jornalismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de Comunicação – ECO.

NAVA, Rosa Maria Ferreira Dales. **Saber para continuar: a história do Departamento de Pesquisa e Documentação do Jornal do Brasil e a implantação pioneira do jornalismo interpretativo no país**. São Bernardo do Campo: Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, 1996.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **PROJETO HISTÓRIA**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do departamento de História. São Paulo: PUC-SP, 1993.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989, p.3-15.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **A história de seu tempo. A imprensa e a produção do sentido histórico**. Rio de Janeiro: ECO-UFRJ, 1995. Dissertação de mestrado.

_____. **Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 1950**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2007.

SARLO, Beatriz. **Tiempo pasado: cultura de la memoria e giro subjetivo. Una discusión**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2012.